

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS GUARABIRA
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM SISTEMAS PARA INTERNET

NIELEN JHOSE MENDES E SILVA

RELATÓRIO TÉCNICO
Projeto Integrador em Sistemas para Internet (PISI): JURIPRAZO: Sistema de Prazos
Jurídicos

GUARABIRA – PB
2026

NIELEN JHOSE MENDES E SILVA

RELATÓRIO TÉCNICO

**Projeto Integrador em Sistemas para Internet (PISI): JURIPRAZO: Sistema de Prazos
Jurídicos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet,
do Instituto Federal da Paraíba – Campus Gua-
rabira, em cumprimento às exigências parciais
para a obtenção do título Tecnóloga em Sistemas
para Internet.

Orientador: Rodrigo Leone Alves, Dr.
Coorientador: Rhavy Maia Guedes, Me.

GUARABIRA – PB

2026

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFPB - GUARABIRA

S586r

Silva, Nielen Jhose Mendes e

Relatório Técnico: Projeto Integrador em Sistemas para Internet (PISI): JURIPRAZO: sistema de prazos jurídicos / Nielen Jhose Mendes e Silva.- Guarabira, 2026.

38f.; il.; color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Sistemas para Internet). – Instituto Federal da Paraíba, Campus Guarabira. 2026.

“Orientação: Prof. Dr. Rodrigo Leone Alves
Coorientador: Prof. Me. Rhavy Maia Guedes”

Referências.

1. Sistema para internet. 2. JURIPRAZO. 3. Prazos jurídicos. 4. Sistema web. I. Título.

CDU 004.4(0.067)

Elaborada por Ana Carine da Costa Gonçalves - CRB 000676



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS GUARABIRA

ATA 23/2026 - CCSTSI/DDE/DG/GB/REITORIA/IFPB

ATA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CCS de Tecnologia em Sistemas para Internet

Aos 06 de agosto de 2026, às 10:00, no Laboratório de Informática, reuniram-se os membros da banca avaliadora, Rodrigo Leone Alves (Orientador), Rhavy Maia Guedes (Coorientador), Tannissa Luanna Cardoso de Araujo (Examinador Interno), Daniel Marques Targino Guimarães (Examinador Interno), para avaliarem a apresentação do *Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet* (Relatório Final do Projeto Integrador em Sistemas para Internet - PISI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), *campus* Guarabira, desenvolvido pelo(a) aluno(a) **Nielen Jhose Mendes e Silva, matrícula de nº 202113810037** intitulado "Sistemas De Prazos Jurídicos (JuriPrazo)", protocolado para apresentação de acordo com os requisitos expostos no Projeto Pedagógico de Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet. Após a apresentação, a banca apresentou, por unanimidade, pareceres a favor da aprovação do trabalho. Desta forma, o Trabalho de Conclusão de Curso foi **aprovado** e definiu-se a **nota final 90 (Noventa)**.

Nada mais havendo a tratar, às 16:45, encerraram-se os trabalhos, determinando a lavratura desta ata, que, após lida e considerada conforme, será assinada pelos presentes. Eu, Rodrigo Leone Alves, lavrei a presente ata.

Guarabira/PB, em 10 de agosto de 2026.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Rodrigo Leone Alves, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 10/08/2026 12:23:31.
- **Tannissa Luanna Cardoso de Araujo, PEDAGOGO-AREA**, em 10/08/2026 12:49:33.
- **Rhavy Maia Guedes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 10/08/2026 15:42:15.
- **Daniel Marques Targino Guimaraes, PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO**, em 10/08/2026 22:36:38.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/08/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 919919
Verificador: 2a8e7d05e7
Código de Autenticação:



NIELEN JHOSE MENDES E SILVA

RELATÓRIO TÉCNICO

Projeto Integrador em Sistemas para Internet (PISI): JURIPRAZO: Sistema de Prazos Jurídicos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet, do Instituto Federal da Paraíba – Campus Guarabira, em cumprimento às exigências parciais para a obtenção do título de Tecnóloga em Sistemas para Internet.

Defendido em: 06/08/2026

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Leone Alves
Orientador (IFPB)

Prof. Me. Daniel Marques Targino Guimarães
Examinador

Profa. Ma. Tannissa Luanna Cardoso de Araújo
Examinadora

Dedico este trabalho a Deus, ao meu noivo, à minha família, ao meu orientador e aos meus amigos, por todo o apoio prestado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por sempre cuidar de mim nos momentos difíceis da minha caminhada. Agradeço pelas oportunidades concedidas em minha vida e por ser a minha estrela guia em todos os meus caminhos. Sem Sua presença, este sonho não seria possível. Que Sua bênção e proteção permaneçam sempre sobre minha vida.

Ao meu noivo, Pedro Henrique Vasconcelos, expresso minha sincera gratidão pelo carinho, pelo amor, pelo incentivo nos momentos difíceis e pelo companheirismo durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Sua confiança, compreensão e paciência foram fundamentais para que eu permanecesse firme durante essa jornada. Agradeço também por compartilhar seu conhecimento e sua experiência na área jurídica, que contribuíram para o desenvolvimento deste projeto.

À minha família, em especial à minha mãe, Josélia Gomes, à minha irmã, Flávia Gomes, e à minha sobrinha, Geórgia Soares, agradeço pelo amor, pelo apoio e pelos momentos compartilhados. Cada palavra de incentivo foi essencial para que eu continuasse essa caminhada. Agradeço também aos meus demais familiares, que sempre torceram pelo meu sucesso e contribuíram, de alguma forma, para a realização deste sonho.

Meus agradecimentos à minha sogra, Alda Palmeira, à sua irmã, Aparecida Palmeira, e à minha cunhada, Alice Madilza, por todo o carinho, apoio e acolhimento durante essa trajetória. Muito obrigada por estarem ao meu lado.

Às minhas colegas de curso, Maria Alice Tavares e Maria Vitória Marcolino, agradeço pela amizade que levarei para toda a vida. Obrigada pelo apoio nos momentos difíceis, pelo companheirismo e por compartilharem essa caminhada acadêmica comigo. Agradeço também a todos os meus colegas que, de alguma forma, contribuíram com seus conhecimentos e experiências ao longo da graduação.

Aos professores do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, expresso minha sincera gratidão pelos ensinamentos, pela dedicação e pelas motivações transmitidas durante toda a graduação, que foram fundamentais para minha formação acadêmica.

Ao meu orientador, agradeço pela orientação, pelas sugestões e pelo acompanhamento durante o desenvolvimento deste trabalho, contribuindo de forma significativa para sua realização.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória e contribuíram para a concretização deste importante momento da minha vida acadêmica. Obrigada!

“Não tenho medo das tempestades, pois estou aprendendo a conduzir o meu navio.”

Louisa May Alcott

RESUMO

O avanço da digitalização e a consolidação da gestão eletrônica de processos no Poder Judiciário impulsionaram o setor, mas também intensificaram a pressão sobre a rotina de trabalho dos profissionais do Direito. Nesse cenário, o cumprimento rigoroso de prazos processuais tornou-se um grande desafio para advogados e escritórios de advocacia. A ausência de uma ferramenta centralizada e intuitiva frequentemente resulta em desorganização e na perda de prazos importantes para os clientes. Para solucionar essa problemática, foi desenvolvido um sistema web distinto do sistema oficial PJe, projetado especificamente para atender às necessidades operacionais internas dos escritórios. O backend utiliza o framework FastAPI, baseado em Python, para gerenciar a lógica de negócios e processar requisições HTTP (GET, POST, PUT e DELETE) de forma segura e eficiente. O frontend foi construído com a biblioteca React, garantindo uma interface responsiva, intuitiva e amigável. O desenvolvimento seguiu o framework ágil Scrum, permitindo entregas incrementais, organização eficiente de tarefas e a melhoria contínua do código. Entre as principais funcionalidades, destacam-se a autenticação e o gerenciamento de usuários, um sistema proativo de alertas e notificações, a categorização de tarefas por nível de prioridade e o cálculo automatizado de prazos com base em dias úteis, excluindo fins de semana e feriados nacionais ou forenses. Portanto, o sistema visa aumentar a produtividade dos advogados, mitigar o risco de perda de prazos e elevar a satisfação dos clientes.

Palavras-chave: prazos; área jurídica; sistemas de prazos; gestão.

ABSTRACT

The advancement of digitalization and the consolidation of electronic case management within the judiciary have provided momentum but also intensified the pressure on legal professionals' daily workflows. In this context, strictly adhering to procedural deadlines has become a major challenge for lawyers and law firms. The lack of a centralized, intuitive tool often leads to disorganization and missed deadlines for clients. To address this issue, a web-based system has been developed—distinct from the official PJe electronic case management system—specifically designed to meet the internal operational needs of law firms. The back-end utilizes the Python-based FastAPI framework to manage business logic and process HTTP requests (GET, POST, PUT, DELETE) securely and efficiently. The front-end was built using the React library, ensuring a responsive, intuitive, and user-friendly interface. Development followed the Agile Scrum framework, enabling incremental delivery, efficient task organization, and continuous code improvement. Key functional features include user authentication and management, a proactive alert and notification system, task categorization by priority level, and automated deadline calculation based on business days (excluding weekends and national or court holidays). Ultimately, the system aims to boost lawyer productivity, mitigate the risk of missed deadlines, and enhance client satisfaction.

Keywords: deadlines; legal field; deadline management systems; management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Desenho da arquitetura do JuriPrazo	28
Figura 2 – Diagrama de casos de uso do JuriPrazo	29
Figura 3 – Modelo lógico do banco de dados do sistema JuriPrazo	30
Figura 4 – Tela de Login do sistema JuriPrazo	31
Figura 5 – Tela de primeiro acesso do sistema JuriPrazo	31
Figura 6 – Tela do administrador do sistema JuriPrazo	32
Figura 7 – Painel do sistema JuriPrazo	32
Figura 8 – Tela da agenda do sistema JuriPrazo	33
Figura 9 – Tela de detalhes de processos do sistema JuriPrazo	33
Figura 10 – Tela de processos do sistema JuriPrazo	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Requisitos funcionais do sistema	23
Tabela 2 – Requisitos não funcionais do sistema	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
API	Interface de Programação de Aplicações
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC	Código de Processo Civil
CSS	Cascading Style Sheets
CRUD	Create, Read, Update and Delete
HTML	HyperText Markup Language
HTTP	Hypertext Transfer Protocol
HTTPS	Hypertext Transfer Protocol Secure
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
JSON	JavaScript Object Notation
JWT	JSON Web Token
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PJe	Processo Judicial Eletrônico
PISI	Projeto Integrador em Sistemas para Internet
REST	Representational State Transfer
RF	Requisito Funcional
RNF	Requisito Não Funcional
SGBD	Sistema Gerenciador de Banco de Dados
SQL	Structured Query Language
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UI	User Interface

UX	User Experience
VS Code	Visual Studio Code
WSL	Windows Subsystem for Linux

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Justificativa	15
1.2	Objetivos	15
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos Específicos	16
1.3	Organização do Relatório	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	O Processo Judicial Eletrônico	17
2.2	Do Tempo Judiciário, Feriados e Prazos Processuais	17
2.3	Penalidades e Riscos da Inobservância dos Prazos	18
2.4	Organização e Gestão de Fluxos de Trabalho em Escritórios	19
2.5	Arquitetura Web e Metodologia de Desenvolvimento	19
2.5.1	Arquitetura Web	20
2.5.2	Tecnologias Utilizadas	20
2.5.3	Metodologia Ágil Scrum	21
2.6	Lei de Proteção de Dados	21
3	METODOLOGIA	22
3.1	Abordagem Metodológica	22
3.2	Procedimentos Técnicos	22
3.3	Requisitos	23
3.3.1	Requisitos Funcionais	23
3.3.2	Requisitos Não Funcionais	24
3.4	Perfis de Usuário	25
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1	Sobre o Projeto	27
4.2	Arquitetura do Sistema	27
4.3	Ferramentas e Tecnologias Utilizadas	27
4.4	Desenho da Arquitetura	27
4.5	Diagramas de Casos de Uso	29
4.6	Modelo Lógico do Banco de Dados	30
4.7	Telas do Projeto	30
4.7.1	Tela de Login	31
4.7.2	Modal de Primeiro Acesso	31
4.7.3	Tela do Administrador	32

4.7.4	Painel de Controle	32
4.7.5	Tela da Agenda	33
4.7.6	Tela de Detalhes de Processos	33
4.7.7	Tela de Processos	34
5	CONCLUSÃO	35
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Profissionais que atuam em escritórios autônomos lidam com diversos prazos diariamente. O trabalho no Direito envolve atividades complexas e exige atenção constante. Esses profissionais utilizam sistemas que centralizam demandas e dividem grandes projetos em etapas. Diante disso, a ideia de perder prazos é angustiante.

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é uma plataforma digital desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com diversos tribunais. A plataforma possibilita a prática de atos jurídicos e o acompanhamento do trâmite processual de forma padronizada (Conselho Nacional de Justiça, [s.d.]). Sua função é centralizar a tramitação, o peticionamento eletrônico e a expedição de intimações. Apesar de essencial para a tramitação processual, o foco do PJe não é a gestão interna do fluxo de trabalho dos escritórios para o cumprimento dos prazos.

Atualmente, existem no mercado alguns softwares web que auxiliam as atividades do advogado no dia a dia. Alguns são destinados ao acompanhamento de processos específicos, à gestão do escritório ou à produção de petições e peças processuais, mas nem sempre reúnem essas atividades de forma centralizada, dificultando a avaliação dos processos antes do prazo.

Diante dessa problemática, o sistema desenvolvido busca suprir essa necessidade, contribuindo para o cumprimento dos prazos por meio de alertas e notificações. Dessa forma, oferece ao advogado um sistema robusto e dinâmico, voltado às suas necessidades.

1.1 Justificativa

A rotina jurídica contemporânea depende de forma crítica da digitalização dos dados processuais e da contagem correta dos dias, considerando que os prazos processuais são computados em dias úteis (Brasil, 2015). Se o advogado deixar de registrar algum prazo em uma planilha, por exemplo, ou marcar a data incorretamente, o prazo fatal poderá ser perdido.

A plataforma funciona como uma camada de controle contínuo, usando regras configuráveis e notificações para impedir o atraso em datas processuais críticas. Dessa forma, ela atende às rotinas da advocacia, mantendo a agenda organizada e o respeito aos prazos assumidos com os clientes.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é propor um sistema web para profissionais do Direito, visando ao gerenciamento eficiente dos prazos processuais. A solução busca mitigar atrasos por meio do controle rigoroso do calendário forense, garantindo maior produtividade ao advogado e qualidade no atendimento aos seus clientes.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Modelar e implementar um banco de dados relacional em PostgreSQL para armazenar advogados, clientes, processos, prazos, feriados e alertas;
- Desenvolver uma API RESTful com FastAPI para gerenciamento dos dados do sistema, com autenticação via token JWT;
- Construir uma interface web responsiva em React com visualização de prazos próximos em painel interativo;
- Desenvolver um sistema de alertas visuais para prazos com vencimento em menos de 24 horas;
- Realizar testes funcionais nas principais rotas da API para validar os requisitos levantados;
- Implementar a lógica de cálculo automático de prazos em dias úteis, considerando finais de semana e feriados nacionais, estaduais e forenses.

1.3 Organização do Relatório

Na introdução, foram discutidos tópicos referentes à contextualização da proposta do projeto, à problemática que direcionou o desenvolvimento do sistema e aos seus objetivos gerais e específicos. Os próximos capítulos estão estruturados da seguinte forma: no Capítulo 2, que trata do referencial teórico, são introduzidos conceitos sobre prazos processuais no Direito brasileiro, sistemas de gerenciamento jurídico, tecnologias web e segurança de dados; no Capítulo 3, que trata da metodologia aplicada ao projeto, são abordadas as etapas do processo de desenvolvimento do software, incluindo os requisitos funcionais e não funcionais e os perfis de usuário; no Capítulo 4, são apresentados os resultados e a discussão do sistema, com tópicos como a arquitetura adotada, as ferramentas e tecnologias utilizadas, os diagramas de casos de uso, o modelo lógico do banco de dados e as telas do projeto; por fim, no Capítulo 5, são apresentadas as considerações finais e as futuras atualizações do JuriPrazo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo introduz conceitos do meio jurídico e aspectos relevantes do projeto, fornecendo a base teórica essencial para a compreensão dos temas abordados.

2.1 O Processo Judicial Eletrônico

A transição dos processos em papel para as plataformas digitais representou um relevante avanço tecnológico, proporcionando maior celeridade, transparência e redução de custos para a Justiça brasileira.

Com a promulgação da Lei nº 11.419/2006, autorizou-se o uso do meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, abrangendo a comunicação de atos e o envio de petições em âmbito nacional (Brasil, 2006).

Essa legislação viabilizou o surgimento de plataformas oficiais, como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), otimizando a rotina dos profissionais do Direito. Entretanto, tais sistemas não foram projetados para atender à gestão operacional e interna das tarefas cotidianas dos escritórios de advocacia.

2.2 Do Tempo Judiciário, Feriados e Prazos Processuais

No âmbito jurídico, a observância rigorosa do tempo e dos prazos para a realização dos atos processuais reveste-se de fundamental importância para a atuação advocatícia. A inobservância ou o esquecimento de uma data limite acarreta a preclusão, caracterizada pela perda do direito de manifestação nos autos, o que pode comprometer a defesa do cliente e inviabilizar o andamento do processo.

Ademais, conforme estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994), o profissional responde pelos atos praticados com dolo ou culpa no exercício de suas funções, permitindo que o cliente eventualmente prejudicado busque reparação judicial (Brasil, 1994).

Diante dessa responsabilidade, o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) estabeleceu, em seu artigo 219, que, na contagem dos prazos, serão computados somente os dias úteis, excluindo-se sábados, domingos, feriados e dias sem expediente forense (Brasil, 2015).

Nesse contexto, a contagem manual de prazos, que exige a verificação constante de feriados nacionais e regionais e de suspensões de expediente, constitui uma prática vulnerável a falhas humanas. Esse cenário justifica a implementação de um sistema automatizado capaz de gerenciar e calcular tais datas com precisão.

2.3 Penalidades e Riscos da Inobservância dos Prazos

A inobservância dos prazos processuais pode gerar consequências de diversas naturezas para o advogado que deixa de praticar o ato, tanto no âmbito da responsabilização ético-disciplinar quanto no da responsabilidade civil. Para o cliente do advogado que deixa de cumprir os atos no devido tempo, também há consequências de natureza processual.

Primeiramente, são tratadas as consequências previstas para o advogado no Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/1994), que dispõe, em seu artigo 34, inciso IX, que constitui infração disciplinar “prejudicar, por culpa grave, interesse confiado ao seu patrocínio” (Brasil, 1994, art. 34, IX). A perda do prazo processual por desleixo ou desatenção pode ser enquadrada nesse tipo de infração, gerando consequências como censura ou suspensão do advogado dos quadros da OAB.

Quanto à responsabilização civil, ou seja, à possibilidade de o advogado responder com o próprio patrimônio, os tribunais vêm consolidando o entendimento de que a perda de prazos processuais pode levar os escritórios de advocacia a reparar os danos causados a seus clientes em decorrência do descumprimento. Para exemplificar, apresenta-se o que foi decidido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios nos autos do Processo nº 0006519-21.2016.8.07.0014:

4.1. É incontroverso que não houve a interposição de recurso ordinário contra a sentença que julgou o pedido improcedente no processo originado por ação trabalhista, ocasião em que a ora demandante figurava como autora, o que impediu a possibilidade de obtenção do resultado almejado pela autora, ainda que de modo parcial. (...) 5.2. É evidente, portanto, que houve falha na atuação do apelante, que frustrou a legítima expectativa do apelado ao contratar um serviço especializado, pois essa modalidade de negócio jurídico exige confiança. 6. A teoria francesa da perda de uma chance é critério que possibilita, em linhas gerais, que seja indenizada uma provável situação de vantagem frustrada. Por certo, essa teoria traduz-se na ideia de responsabilização advinda da criação de óbices à consecução de vantagens por alguém, sendo que a subsequente frustração das reais expectativas em torno da chance de sucesso pode ser quantificada em “prejuízos” em favor do interessado. 6.2. A aplicação da teoria da perda de uma chance, na hipótese dos autos, diz respeito à possibilidade do provimento do recurso para reconhecer a natureza salarial e determinar incorporação do percentual de 60% da aludida gratificação FCT instituída pela Resolução nº 28/1991, bem como ao pagamento dos valores retroativos devidos. 6.3. A despeito das particularidades do contexto controvertido, no momento do ajuizamento da ação pela demandante era notória a alta probabilidade de êxito na eventual interposição de recurso ordinário pela demandante. (Distrito Federal, 2022).

Portanto, na ementa supracitada, o relator destaca a possibilidade de o advogado ter de indenizar o cliente por danos morais e materiais quando alguns requisitos estiverem presentes, entre os quais: I) conduta culposa do advogado (negligência, imprudência ou imperícia); II) existência de uma chance séria e real de obtenção de resultado favorável, configurando alta probabilidade de êxito; III) nexo causal entre a conduta do advogado e a perda da oportunidade; e IV) dano decorrente da perda da chance.

Após tratar das consequências para o advogado, cumpre lembrar que o cliente também é prejudicado quando o prazo é perdido, gerando a preclusão temporal. Ela ocorre quando o período definido em lei para a prática de um ato processual se encerra sem a sua devida realização pelo sujeito processual, em regra representado por seu advogado. Como consequência, a parte perde o direito de praticar o ato processual, salvo se ficar provada a justa causa para a perda do prazo. Assim dispõe o artigo 223 do Código de Processo Civil brasileiro:

Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa. § 1º Considera-se justa causa o evento alheio à vontade da parte e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário. § 2º Verificada a justa causa, o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar. (Brasil, 2015, art. 223).

Por fim, conclui-se que o descumprimento dos prazos processuais no período estabelecido pela lei e marcado no sistema do PJe pode criar um efeito cascata de consequências, tanto para os clientes, que têm seus direitos prejudicados, quanto para os advogados, que podem ser responsabilizados por isso.

2.4 Organização e Gestão de Fluxos de Trabalho em Escritórios

A administração de um escritório de advocacia moderno no Brasil vai além dos petições no PJe, envolvendo uma extensa cadeia interna de tarefas, como delegação de atividades processuais, atendimento a clientes, pesquisa jurisprudencial e digitalização de documentos.

Nessa realidade, o uso de ferramentas como planilhas genéricas, agendas de papel tradicionais ou a memorização de datas tende a gerar desorganização, gargalos operacionais e falhas humanas. Sendo assim, a ausência de um fluxo de trabalho e de um sistema próprio para a gestão de prazos, no qual seja possível categorizar os atos processuais por prioridade e centralizar os dados de trabalho em uma única plataforma, pode gerar perdas de prazos, prejudicando a credibilidade dos escritórios de advocacia e causando as possíveis consequências tratadas na Seção 2.3 deste trabalho.

Assim, uma ferramenta distinta do PJe, que possui uma instância própria em cada tribunal, pode oferecer vantagens para a gestão de prazos, sobretudo porque um escritório frequentemente atua em vários tribunais. A ferramenta pode unificar os processos em um único sistema, fornecer o controle visual de todo o trabalho do escritório, apresentar alertas de prioridade para os atos mais urgentes e emitir notificações.

2.5 Arquitetura Web e Metodologia de Desenvolvimento

Nesta seção, apresenta-se como uma aplicação web é organizada, descrevendo sua arquitetura e justificando por que esse modelo é adequado para sistemas modernos. Por fim, são detalhadas as razões de sua adoção no projeto.

2.5.1 Arquitetura Web

Atualmente, as aplicações web são acessadas por navegadores e executadas em ambientes com servidores conectados à internet. Esse modelo permite o acesso remoto e o gerenciamento centralizado das informações, além de facilitar as atualizações e o correto funcionamento do sistema.

Na arquitetura cliente-servidor, a comunicação ocorre entre o navegador, que atua como cliente, e o servidor. O sistema utiliza requisições HTTP ou HTTPS: o cliente envia uma requisição, e o servidor a processa e retorna uma resposta.

Uma aplicação web pode ser organizada em três camadas principais: frontend, responsável pela interface do usuário; backend, responsável pelas regras de negócio e pela API; e banco de dados relacional, responsável pelo armazenamento das informações. No JuriPrazo, essas camadas utilizam React, FastAPI e PostgreSQL, respectivamente.

A aplicação web foi escolhida devido aos desafios enfrentados pelos escritórios de advocacia com a perda de prazos processuais. Diante desse cenário, o advogado pode se beneficiar do sistema pela facilidade de organização no dia a dia e pelo acesso aos prazos e processos independentemente da localização, seja no tribunal, em casa ou no escritório. Além disso, o sistema contribui para reduzir o tempo gasto e as atividades repetitivas, especialmente no tratamento de um grande volume de processos.

2.5.2 Tecnologias Utilizadas

O desenvolvimento do sistema adotou uma arquitetura web organizada e separada entre frontend, backend e banco de dados. O frontend foi desenvolvido com React e estabelece comunicação com o backend por meio de uma API REST.

O FastAPI é um framework baseado em Python utilizado na construção de APIs REST de alto desempenho. Também disponibiliza documentação automática com OpenAPI/Swagger e permite a validação de dados, sendo adequado para sistemas web que necessitam processar informações de forma eficiente (Tiangolo, [s.d.]).

O React é uma biblioteca JavaScript baseada em componentes reutilizáveis, proporcionando uma interface dinâmica e favorecendo a interação do usuário. Esse tipo de interface beneficia aplicações que necessitam de interações constantes e atualização de informações (Meta Platforms, [s.d.]).

O PostgreSQL é um Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) relacional utilizado para armazenar dados, garantir sua integridade e realizar consultas por meio da linguagem SQL com confiabilidade (PostgreSQL Global Development Group, [s.d.]). Assim, a integração entre React, FastAPI e PostgreSQL proporciona uma arquitetura estruturada, eficiente e adequada para aplicações web.

2.5.3 Metodologia Ágil Scrum

O Scrum é um framework ágil utilizado no desenvolvimento de software. Ele contribui para organizar e planejar o projeto, dividindo o trabalho em pequenas etapas, favorecendo entregas contínuas e o desenvolvimento incremental de maneira estruturada (Schwaber; Sutherland, 2020).

Entre os principais elementos do Scrum está a Sprint, que consiste em um ciclo de tempo fixo para concluir determinadas tarefas. O Product Backlog é uma lista dinâmica e ordenada de tudo o que o produto precisa para funcionar ou melhorar. Por fim, o incremento é a soma de todos os itens do backlog finalizados durante uma Sprint aos das Sprints anteriores.

Durante o desenvolvimento do sistema de prazos jurídicos JuriPrazo, foi utilizado o Scrum, de acordo com Schwaber e Sutherland (2020), apoiando a organização das etapas do projeto e permitindo que cada Sprint fosse realizada de forma estruturada. O framework possibilitou o avanço do projeto, iniciando pelo levantamento de requisitos, seguido da modelagem do banco de dados, do desenvolvimento da API, da construção da interface do usuário com React e, ao final, dos testes e ajustes referentes ao projeto.

Nesse contexto, conclui-se que o framework ágil contribuiu de forma precisa e eficiente para o desenvolvimento do JuriPrazo. A organização das tarefas por meio de Sprints favoreceu o planejamento adequado, o cumprimento do cronograma e a construção do projeto.

2.6 Lei de Proteção de Dados

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece princípios e regras para o tratamento de dados pessoais, incluindo os dados de clientes e usuários armazenados por sistemas de informação (Brasil, 2018). Diante dessa exigência legal, um sistema para a gestão interna de escritórios necessita possuir mecanismos estruturais de segurança.

No sistema desenvolvido, foram definidos mecanismos para que os dados jurídicos e cadastrais sejam acessados apenas por usuários autorizados, conforme o RNF_12. Além disso, cada advogado visualiza e altera apenas os dados de seus próprios clientes, processos, prazos e alertas, conforme o RNF_02.

A segregação das informações e a proteção de acesso são apoiadas pelo uso de autenticação e pelo armazenamento das senhas com hash, conforme o RNF_01. Esses mecanismos buscam alinhar o JuriPrazo aos princípios de segurança, prestação de contas e rastreabilidade previstos na LGPD, sem afastar a necessidade de avaliações e melhorias contínuas de conformidade.

3 METODOLOGIA

3.1 Abordagem Metodológica

Esta seção apresenta a metodologia utilizada no desenvolvimento do sistema JuriPrazo, incluindo as etapas realizadas e os principais pontos de integração dos requisitos propostos. O projeto constitui uma pesquisa aplicada, de caráter tecnológico e abordagem qualitativa. Seu objetivo exploratório surgiu da observação das necessidades identificadas na rotina de escritórios de advocacia, contribuindo para o desenvolvimento do software.

O JuriPrazo constitui um sistema web para o gerenciamento de prazos jurídicos, no qual o usuário, advogado, acompanha processos com prazos definidos para evitar a perda de prazos processuais em seu escritório.

O projeto foi desenvolvido por meio das etapas de levantamento de requisitos, modelagem do sistema, implementação das funcionalidades e execução dos testes.

3.2 Procedimentos Técnicos

As etapas do projeto JuriPrazo foram realizadas a partir da definição da estrutura da aplicação e da implementação das funcionalidades, de acordo com o levantamento de requisitos. Durante esse processo, os requisitos foram identificados por meio da análise da rotina dos escritórios. Dessa forma, foram analisadas as necessidades dos advogados relacionadas aos prazos processuais em dias úteis e ao cadastro de processos.

Com base nas necessidades identificadas, a etapa seguinte consistiu no planejamento e na modelagem da estrutura do sistema. Desse modo, definiu-se a adoção de uma arquitetura desacoplada, separando o backend do frontend, e a forma como as informações dos processos, clientes e prazos seriam gravadas no banco de dados, de modo que a comunicação entre a API e a interface do usuário ocorresse corretamente.

Na implementação do sistema, foram utilizadas as ferramentas VS Code e Git para auxiliar o desenvolvimento do código. Essa etapa abrangeu o desenvolvimento das funcionalidades previstas nos requisitos, tanto no frontend quanto no backend, e a integração entre as camadas da aplicação.

Posteriormente, foi realizada a integração entre as camadas da aplicação, permitindo a comunicação entre a API e a interface do usuário e a aplicação das regras do modelo relacional do banco de dados e do negócio jurídico. Por fim, foram realizados testes de funcionamento para validar as funcionalidades implementadas, identificar possíveis erros e realizar os ajustes necessários ao correto funcionamento do projeto.

3.3 Requisitos

3.3.1 Requisitos Funcionais

Entre as ideias formuladas para o propósito do projeto, algumas funcionalidades foram consideradas indispensáveis para o sistema de prazos jurídicos. A Tabela 1 apresenta a identificação dos requisitos funcionais do sistema no nível dos usuários.

Tabela 1 – Requisitos funcionais do sistema

Código	Requisito	Descrição	Prioridade
RF_01	Login do advogado	O sistema deve permitir login de advogado por OAB ou e-mail e senha.	Essencial
RF_02	Login do administrador	O sistema deve permitir login de administrador com acesso exclusivo.	Essencial
RF_03	Primeiro acesso	O sistema deve permitir solicitação de primeiro acesso pelo advogado e aprovação ou rejeição pelo administrador.	Importante
RF_04	Gerenciamento de clientes	O sistema deve permitir o cadastramento de clientes.	Essencial
RF_05	Gerenciamento de processos	O sistema deve permitir cadastrar, listar, visualizar, editar e excluir processos vinculados a um cliente.	Essencial
RF_06	Detalhes do processo	O sistema deve permitir visualizar os detalhes de um processo e seus prazos vinculados.	Essencial
RF_07	Cadastro de prazos	O sistema deve permitir cadastrar prazos vinculados a um processo.	Essencial
RF_08	Cálculo automático de prazos	O sistema deve calcular automaticamente a data do prazo em dias úteis, considerando fins de semana e feriados.	Essencial
RF_09	Gerenciamento de prazos	O sistema deve permitir listar os prazos, filtrar por status, buscar por processo ou cliente e marcar prazo como concluído.	Essencial
RF_10	Exclusão de prazos	O sistema deve permitir excluir prazos.	Importante
RF_11	Dashboard	O sistema deve exibir uma dashboard com os prazos pendentes dos próximos sete dias e indicar os mais urgentes.	Importante

Continua na próxima página

Continuação da Tabela 1

Código	Requisito	Descrição	Prioridade
RF_12	Exportação para agenda	O sistema deve permitir exportar agendas dos prazos em arquivo .ics.	Desejável
RF_13	Gerenciamento de alertas	O sistema deve permitir listar alertas e marcar como lido.	Importante

Fonte: A autora (2026).

3.3.2 Requisitos Não Funcionais

Os requisitos não funcionais do sistema JuriPrazo definem características relacionadas à qualidade, segurança, desempenho e confiabilidade da aplicação. Esses requisitos garantem que o sistema apresente um funcionamento adequado, proporcionando uma experiência satisfatória aos usuários.

Tabela 2 – Requisitos não funcionais do sistema

Código	Requisito	Descrição	Prioridade
RNF_01	Segurança	O sistema deve possuir acesso protegido por autenticação, utilizando papéis distintos para administrador e advogado. As senhas devem ser armazenadas utilizando hash.	Essencial
RNF_02	Controle de acesso	Cada advogado deve visualizar e alterar apenas seus próprios clientes, processos, prazos e alertas.	Essencial
RNF_03	Integridade dos dados	O banco de dados deve manter chaves primárias, chaves estrangeiras e restrições de unicidade e validação.	Essencial
RNF_04	Disponibilidade	A aplicação deve permanecer em funcionamento durante a utilização normal do sistema.	Importante
RNF_05	Desempenho	As telas de listagem e dashboard devem responder rapidamente, utilizando cache em consultas quando disponível.	Importante
RNF_06	Confiabilidade	As operações de cadastro, edição e exclusão devem persistir corretamente no banco de dados, sem perda de informações.	Essencial

Continua na próxima página

Continuação da Tabela 2

Código	Requisito	Descrição	Prioridade
RNF_07	Usabilidade	A interface deve apresentar organização, mensagens de erro e sucesso, modais e botões padronizados para facilitar a utilização do sistema.	Importante
RNF_08	Responsividade	O sistema deve funcionar em notebooks e computadores desktop, adaptando-se a diferentes resoluções de tela.	Importante
RNF_09	Manutenibilidade	A estrutura modular em helpers, models, rotas, páginas e serviços deve facilitar alterações e futuras expansões da aplicação.	Importante
RNF_10	Portabilidade	A aplicação web deve executar em navegadores modernos e o back-end em ambiente Python utilizando o framework FastAPI.	Essencial
RNF_11	Interoperabilidade	O sistema deve permitir exportação de prazos em arquivo .ics, possibilitando futura integração com calendários externos.	Desejável
RNF_12	Privacidade	Os dados jurídicos e cadastrais devem ser tratados como informações sensíveis, permitindo acesso apenas a usuários autorizados.	Essencial
RNF_13	Escalabilidade	A arquitetura separada em API, front-end, banco de dados e cache deve permitir a evolução do sistema sem necessidade de reestruturação completa.	Importante

Fonte: A autora (2026).

3.4 Perfis de Usuário

O sistema JuriPrazo atende a dois perfis de usuários, cada um com permissões e responsabilidades específicas de acordo com as funcionalidades disponibilizadas pela aplicação.

Administrador

O administrador é responsável por gerenciar o acesso interno exclusivo dos advogados, mantendo o controle e a segurança do login.

Suas funcionalidades são:

- Aprovar ou rejeitar solicitações de primeiro acesso;
- Gerenciar usuários cadastrados;

- Permitir o acesso ao usuário, fornecendo-lhe uma senha e registrando o nome do advogado no sistema.

Advogado

O advogado é o principal usuário do sistema, sendo responsável pelo acompanhamento de processos e prazos sob sua responsabilidade.

Suas funcionalidades são:

- Realizar login e solicitar primeiro acesso;
- Cadastrar clientes;
- Cadastrar, editar e excluir processos;
- Cadastrar e gerenciar prazos processuais;
- Consultar alertas;
- Visualizar o dashboard;
- Exportar prazos;

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Sobre o Projeto

O JuriPrazo consiste em um sistema web destinado ao gerenciamento de prazos processuais em escritórios de advocacia. A aplicação foi desenvolvida com o objetivo de auxiliar advogados na organização de processos, clientes e prazos, reduzindo os riscos de perda de prazos processuais.

4.2 Arquitetura do Sistema

O JuriPrazo foi desenvolvido utilizando uma arquitetura cliente-servidor, com separação entre frontend e backend. A comunicação ocorre por meio de uma API REST.

O frontend é responsável pela interação com o usuário e contém a interface de login, o acompanhamento de processos, os alertas na tela inicial (dashboard), o minicalendário para acompanhamento das datas e botões de fácil visualização, priorizando uma interface intuitiva e de fácil utilização. O backend processa as informações e se comunica com o banco de dados, que armazena os dados nas tabelas referentes ao projeto.

A comunicação entre o backend e o frontend ocorre por meio de requisições HTTP à API REST, permitindo o envio e o recebimento de dados, em formato JSON, entre a interface e o servidor.

Essa arquitetura foi escolhida por facilitar a manutenção, a integração entre as camadas da aplicação e a separação das responsabilidades, contribuindo para uma estrutura organizada, escalável e adequada ao desenvolvimento do projeto JuriPrazo (Sommerville, 2019; Pressman; Maxim, 2021).

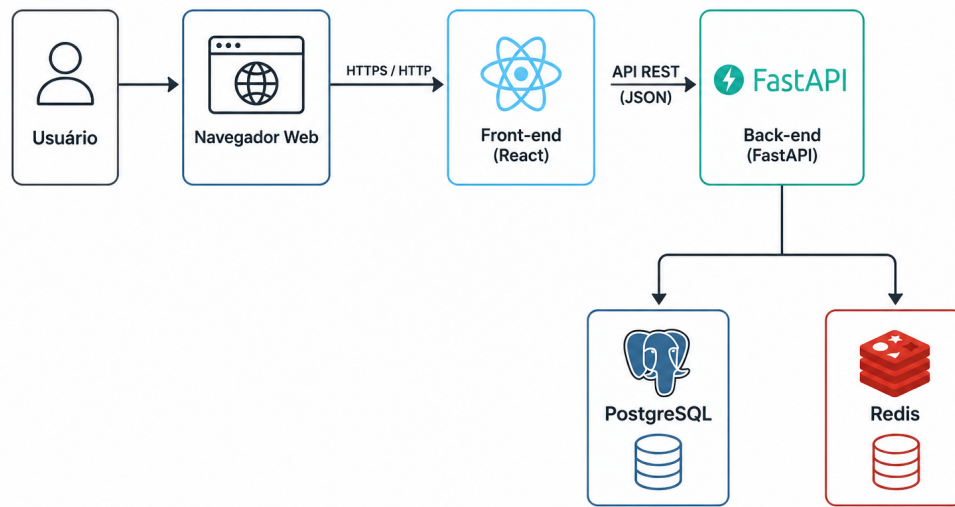
4.3 Ferramentas e Tecnologias Utilizadas

As tecnologias utilizadas contribuíram de forma precisa para o desenvolvimento do projeto, possibilitando a construção de uma aplicação organizada e eficiente. O desenvolvimento reuniu linguagens de programação, frameworks e banco de dados. As ferramentas de apoio foram o Visual Studio Code, o pgAdmin e o ambiente WSL (Ubuntu), utilizado para executar o Redis como mecanismo de cache. Além disso, a integração dessas ferramentas favoreceu o desempenho da aplicação. Foram utilizados Python e o framework FastAPI na construção do backend, além de React, HTML, CSS e JavaScript na construção da interface (frontend).

4.4 Desenho da Arquitetura

A Figura 1 apresenta a arquitetura do sistema JuriPrazo, demonstrando a comunicação entre o frontend, o backend, o banco de dados PostgreSQL e o Redis.

Figura 1 – Desenho da arquitetura do JuriPrazo



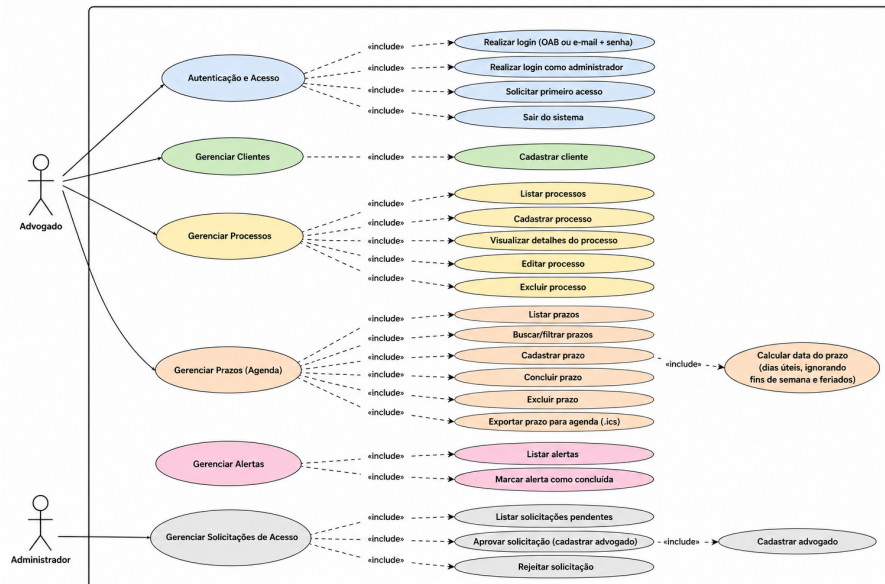
Fonte: A autora (2026).

Na Figura 1, o usuário se conecta ao sistema pelo frontend, que envia requisições HTTP ou HTTPS, com dados em formato JSON, para a API REST. O PostgreSQL é responsável pelo armazenamento dos dados, enquanto o Redis auxilia na melhoria do desempenho.

4.5 Diagramas de Casos de Uso

A Figura 2 apresenta os principais casos de uso do sistema JuriPrazo e a interação dos perfis de administrador e advogado com as funcionalidades da aplicação.

Figura 2 – Diagrama de casos de uso do JuriPrazo

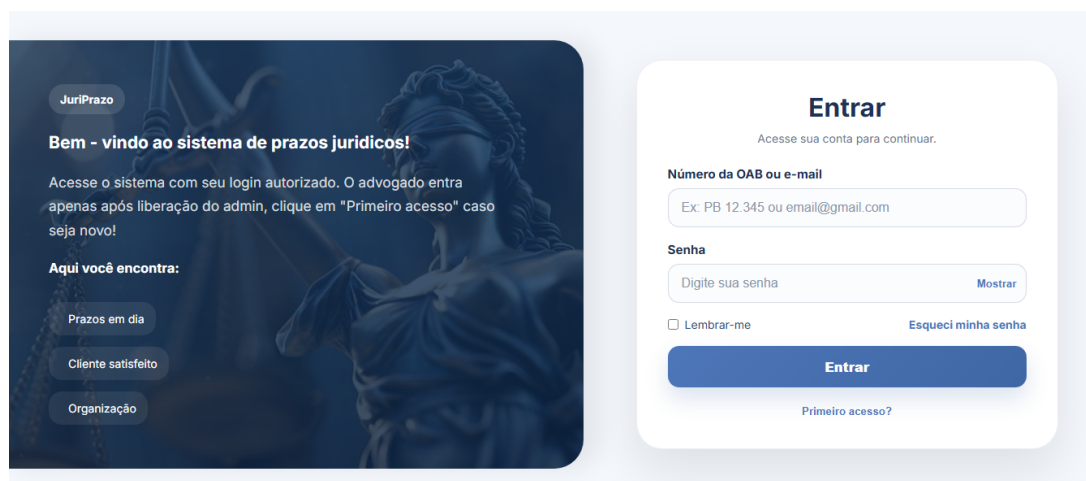


Fonte: A autora (2026).

A Figura 2 mostra a interação do usuário com o sistema, permitindo que o advogado acesse o login e o cadastramento de prazos e processos, entre outras funcionalidades. O administrador, por sua vez, pode permitir o acesso à conta do advogado, aprovando ou rejeitando solicitações.

4.7.1 Tela de Login

Figura 4 – Tela de Login do sistema JuriPrazo



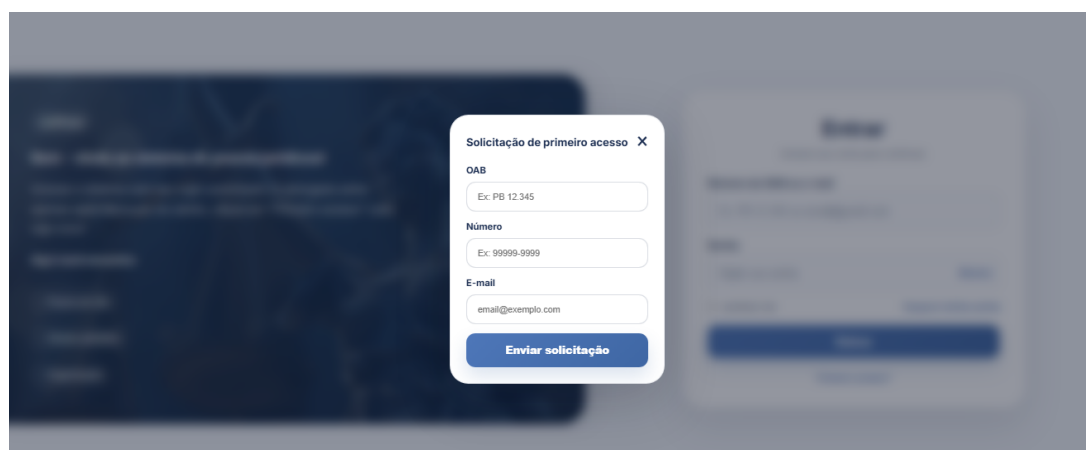
A imagem mostra a interface de login do sistema JuriPrazo. À esquerda, há uma seção de boas-vindas com o título "Bem - vindo ao sistema de prazos jurídicos!" e uma explicação sobre o acesso. Abaixo, há uma lista de recursos: "Prazos em dia", "Cliente satisfeito" e "Organização". À direita, há um formulário de login com o título "Entrar" e o subtítulo "Acesse sua conta para continuar.". O formulário contém campos para "Número da OAB ou e-mail" (com exemplo "PB 12.345 ou email@gmail.com") e "Senha" (com opção de "Mostrar"). Há também uma opção "Lembrar-me" e um link "Esqueci minha senha". Um botão azul "Entrar" está na base do formulário, e um link "Primeiro acesso?" está abaixo dele.

Fonte: A autora (2026).

A Figura 4 mostra a tela de login dos usuários, permitindo o acesso com o número da OAB ou e-mail e uma senha.

4.7.2 Modal de Primeiro Acesso

Figura 5 – Tela de primeiro acesso do sistema JuriPrazo



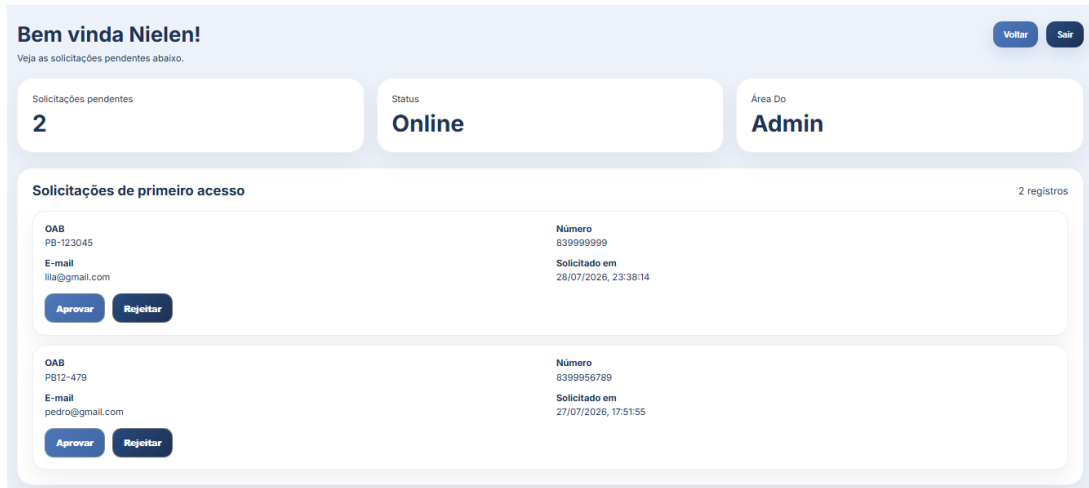
A imagem mostra um modal de "Solicitação de primeiro acesso" sobreposto a uma tela de login desfocada. O modal tem um título "Solicitação de primeiro acesso" com um ícone de fechar (X). Ele contém três campos de entrada: "OAB" (com exemplo "PB 12.345"), "Número" (com exemplo "99999-9999") e "E-mail" (com exemplo "email@exemplo.com"). Um botão azul "Enviar solicitação" está na base do modal.

Fonte: A autora (2026).

A Figura 5 mostra o modal aberto após o usuário clicar em "Primeiro acesso", permitindo solicitar o acesso com e-mail, número da OAB e número de telefone.

4.7.3 Tela do Administrador

Figura 6 – Tela do administrador do sistema JuriPrazo

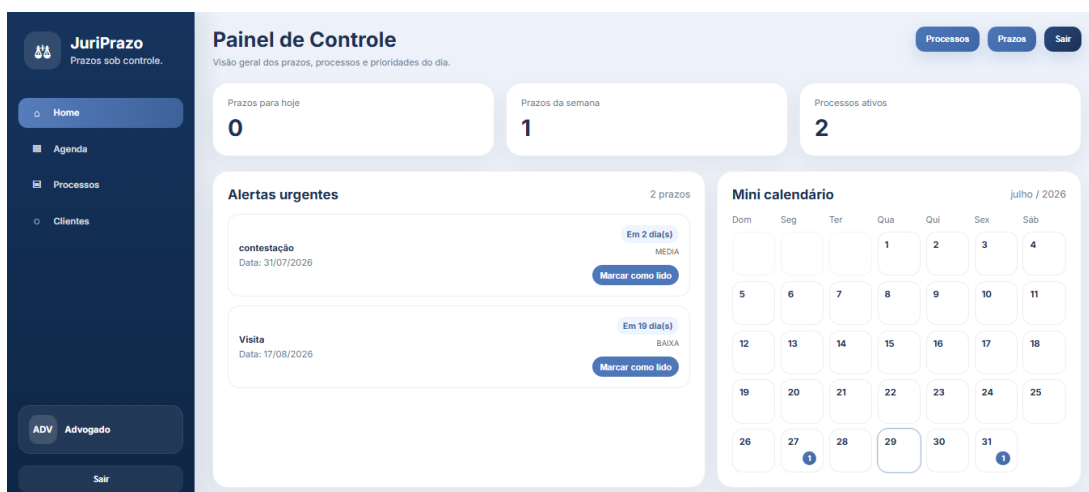


Fonte: A autora (2026).

A Figura 6 apresenta a tela do administrador, que contém as solicitações dos usuários que desejam acessar o sistema.

4.7.4 Painel de Controle

Figura 7 – Painel do sistema JuriPrazo



Fonte: A autora (2026).

A Figura 7 exibe o painel de controle do advogado autenticado, que permite visualizar os alertas e os processos próximos do prazo, com o acompanhamento por meio de um minicalendário.

4.7.5 Tela da Agenda

Figura 8 – Tela da agenda do sistema JuriPrazo

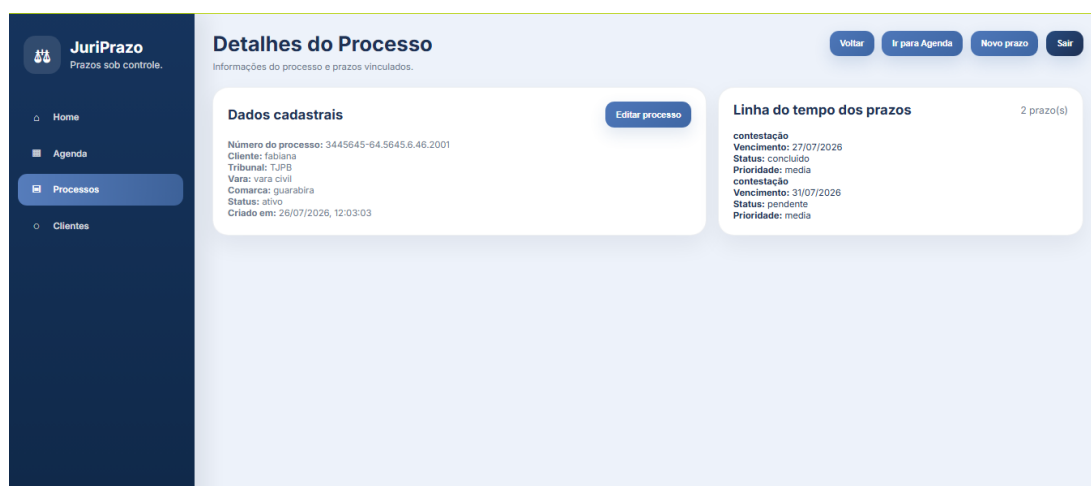


Fonte: A autora (2026).

A Figura 8 mostra a agenda do advogado, que contém a pesquisa de prazos processuais e a filtragem por pendentes e concluídos, facilitando a localização dos processos de seus clientes.

4.7.6 Tela de Detalhes de Processos

Figura 9 – Tela de detalhes de processos do sistema JuriPrazo

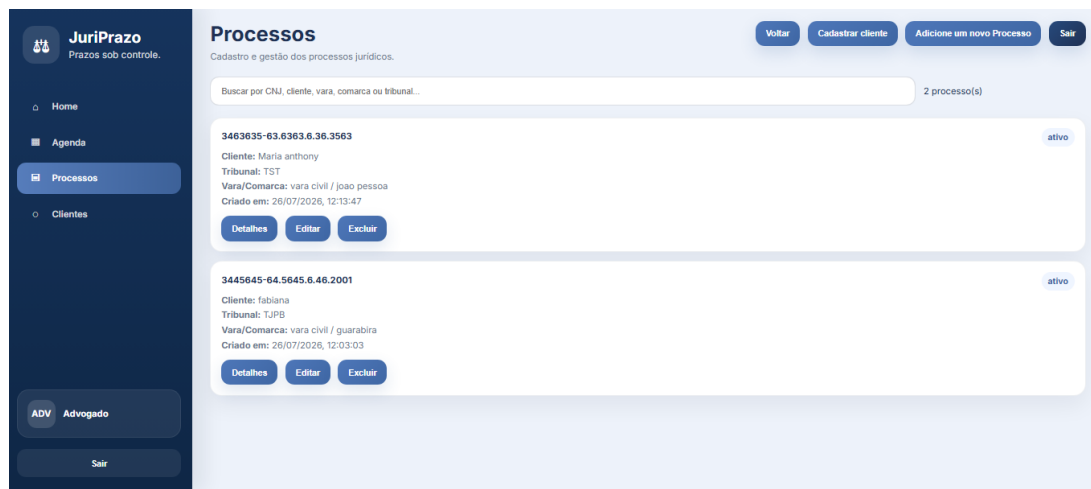


Fonte: A autora (2026).

A Figura 9 mostra a tela de detalhes de processos. Após clicar em um processo nos alertas, o usuário visualiza o processo escolhido e a linha do tempo dos prazos.

4.7.7 Tela de Processos

Figura 10 – Tela de processos do sistema JuriPrazo



Fonte: A autora (2026).

Por fim, a Figura 10 mostra a tela principal do JuriPrazo, que contém o cadastro do cliente e o cadastro de processos com vara, número do processo e nome do cliente já cadastrado.

5 CONCLUSÃO

Com a proposta de desenvolver o sistema JuriPrazo, buscou-se proporcionar uma melhor experiência aos usuários, considerando sugestões de terceiros para aprimorar a interface e oferecer mais conforto durante sua utilização. Ao longo deste trabalho, o objetivo do JuriPrazo foi auxiliar no gerenciamento de processos e no cumprimento dos prazos processuais, permitindo que os advogados acompanhem seus processos sem depender exclusivamente de documentos em papel ou de controles manuais, que podem dificultar a organização de uma grande quantidade de prazos. Entende-se que o erro humano pode acontecer e que imprevistos fazem parte da rotina profissional. Além disso, conforme apresentado no referencial teórico, o descumprimento de prazos pode resultar em penalidades. Dessa forma, o JuriPrazo busca auxiliar os advogados na organização de suas atividades, proporcionando mais segurança e tranquilidade no dia a dia.

O sistema web desenvolvido possui uma interface intuitiva e reúne funcionalidades como cadastro de processos, cadastro de clientes, cadastramento de prazos, alertas visíveis no painel para informar a proximidade dos vencimentos e cálculo automático dos prazos, considerando a exclusão de fins de semana e feriados nacionais, estaduais e forenses. Essas funcionalidades contribuem para facilitar a organização das atividades e tornam o acompanhamento dos processos mais prático para o usuário.

Apesar das funcionalidades implementadas, o sistema ainda possui oportunidades de melhoria. Atualmente, o JuriPrazo não possui integração com os sistemas dos tribunais, sendo necessário que o advogado realize o cadastro manualmente. Além disso, o sistema ainda não conta com uma versão para dispositivos móveis. Como trabalhos futuros, pretende-se implementar uma tela de configurações, adicionar um rodapé informativo, melhorar os alertas visuais de exclusão, realizar ajustes no campo de e-mail e ajustar o contador de processos ativos para novos usuários. Também está prevista a implementação da tela de clientes, permitindo ao advogado visualizar e excluir clientes cadastrados, bem como uma tela de perfil para atualização de foto, nome de usuário, telefone e e-mail.

Dessa forma, conclui-se que os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados, embora ainda existam melhorias que podem tornar o sistema mais completo e atender melhor às necessidades dos usuários. Entre as funcionalidades que poderão ser implementadas futuramente estão o envio de notificações para o e-mail do advogado, o desenvolvimento de uma versão para dispositivos móveis, a geração de relatórios e do histórico de processos, além da sincronização com calendários digitais, como o Google Agenda. Os mecanismos de autenticação, controle de acesso e armazenamento de senhas com hash buscam contribuir para o alinhamento do projeto à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.** Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm. Acesso em: 25 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 29 jul. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Processo Judicial Eletrônico (PJe).** Brasília, DF: CNJ, [s. d.]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/processo-judicial-eletronico-pje/>. Acesso em: 9 ago. 2026.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. 2ª Turma Cível. **Apelação Cível nº 0006519-21.2016.8.07.0014.** Relator: Des. Álvaro Ciarlini. Julgado em: 15 dez. 2021. Publicado no DJe: 21 jan. 2022. Disponível em: https://pjeconsultapublica.tjdft.jus.br/documento/sIE7ZTj7-0opUZkNVUinpiRh7DCkoIi2jG4Plq_aP68O9Gv5HTTF_ExvtGuL5p6ME-mc. Acesso em: 25 jul. 2026.

META PLATFORMS. **React Documentation.** [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://react.dev/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

POSTGRESQL GLOBAL DEVELOPMENT GROUP. **PostgreSQL Documentation.** [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.postgresql.org/docs/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R. **Engenharia de Software: uma abordagem profissional.** 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2021.

SCHWABER, Ken; SUTHERLAND, Jeff. **The Scrum Guide.** 2020. Disponível em: <https://scrumguides.org/scrum-guide.html>. Acesso em: 27 jul. 2026.

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software.** 10. ed. São Paulo: Pearson, 2019.

TIANGOLO, Sebastián. **FastAPI Documentation**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://fastapi.tiangolo.com/>. Acesso em: 27 jul. 2026.